GESTORES DO CAMPO

LIVRO 1



Meu nome é Ray Luiz Babilon Carreço. Sou graduado em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal do Espírito Santo – Campus de Alegre e Mestre em Ciências Florestais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais (PPGCFL) da Universidade Federal do Espírito Santo.

Atuo como professor efetivo de Ciências e Biologia da rede pública estadual do Espírito Santo e possuo experiência na gestão escolar, tendo exercido a função de diretor de escola do campo no período de 2022 a 2024, na SRE Colatina, à frente da EEEFM Irineu Morello. Essa vivência me possibilitou compreender de perto os desafios e potencialidades da educação no campo, bem como a importância de uma gestão democrática e participativa no fortalecimento das comunidades escolares.

Atualmente, desempenho minhas atividades na Superintendência Regional de Educação - SRE São Mateus, contribuindo para o desenvolvimento de políticas educacionais que apoiem as escolas e promovam uma educação de qualidade, inclusiva e contextualizada à realidade do campo.

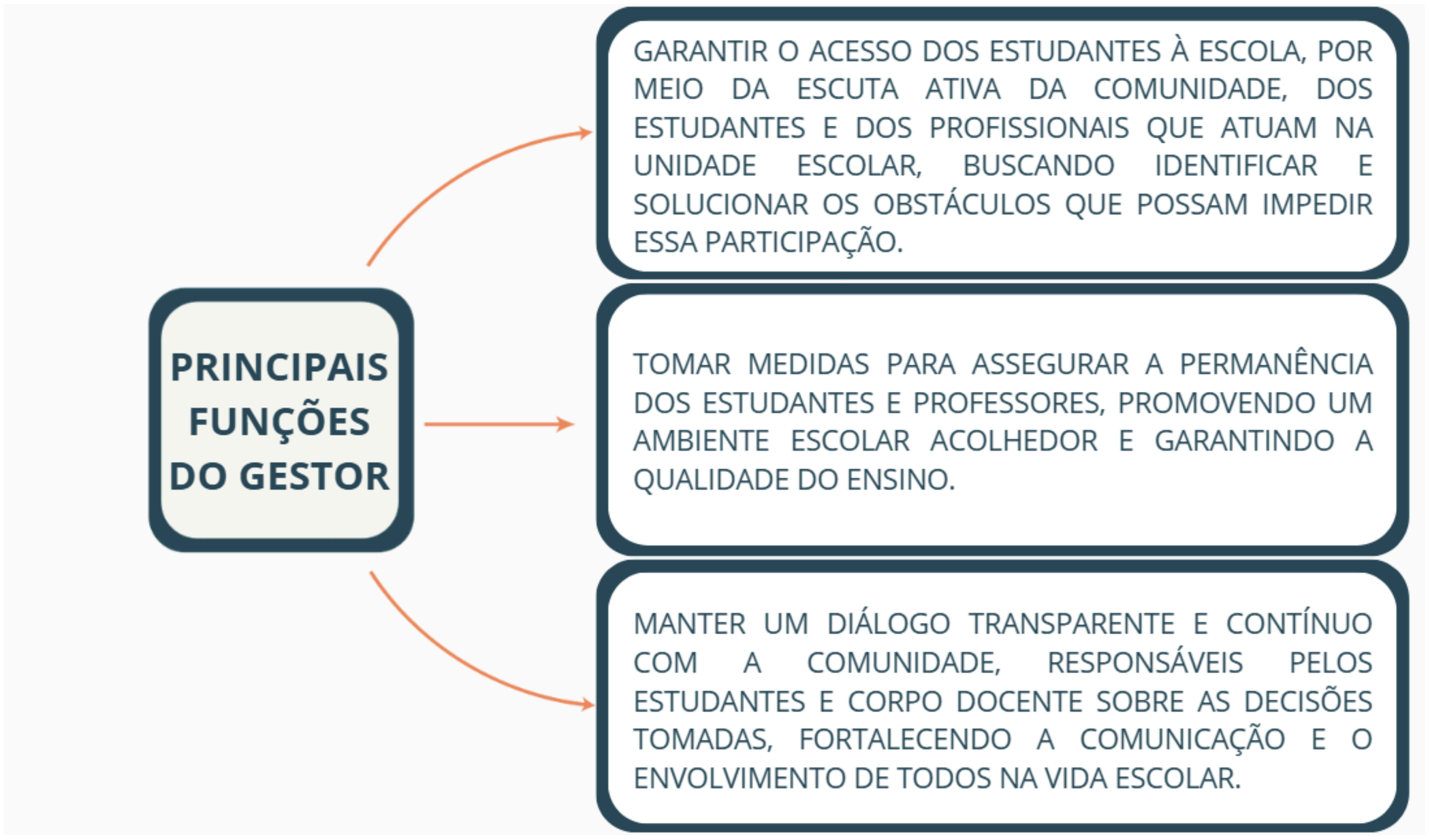
Livro 1 - GESTÃO PEDAGÓGICA

1. Gestão Político-Pedagógica das Escolas do Campo e seus Parceiros

A gestão político-pedagógica nas escolas do campo deve ser compreendida como um processo dinâmico e integrado que articula a dimensão política da escola com suas práticas pedagógicas. Esse tipo de gestão visa promover uma educação que respeite e valorize as especificidades culturais, sociais e econômicas das comunidades rurais onde a escola está inserida ou seu público está inserido. Conforme destaca Caldart (2008),

> a Educação do Campo precisa estar enraizada no território, reconhecendo e fortalecendo as práticas sociais e os saberes locais, o que exige uma gestão sensível e dialogante com essa realidade.

Dessa forma, a gestão político-pedagógica torna-se um espaço fundamental para a construção coletiva e a democratização das práticas educativas, envolvendo todos os segmentos da comunidade. Neste tópico, vamos refletir sobre a importância do gestor escolar como articulador desse processo democrático, destacando seu papel na mediação entre a escola, a comunidade e o contexto do campo em que atuam.



1.1. Gestão Pedagógica nas Escolas do Campo

A gestão pedagógica é o conjunto de processos que garantem a organização e a execução do trabalho educativo, visando o desenvolvimento integral dos estudantes. Nas escolas do campo, esta gestão deve considerar a diversidade cultural, as práticas produtivas locais e a interdisciplinaridade (SANTOS & BERNAT, 2019).
Além disso, Freire (1992) ressalta a importância de uma pedagogia que promova a conscientização e a autonomia, princípios fundamentais para o ensino no campo, onde a realidade social exige um olhar crítico e transformador.

A gestão pedagógica nas escolas do campo no Espírito Santo deve adotar uma abordagem integrada que valorize as características específicas da realidade do campo. É essencial realizar um acompanhamento constante dos indicadores educacionais para identificar pontos que precisam ser aprimorados e implementar ações corretivas de forma contínua para assegurar a qualidade do ensino.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Educação (Sedu), buscando melhorar a qualidade da oferta e da aprendizagem dos estudantes, utiliza o Circuito de Gestão Capixaba, como forma de viabilizar e garantir o aperfeiçoamento da Gestão Pedagógica nas escolas. Cada etapa desse processo é fundamental pois garante um trabalho pautado no planejamento, execução, avaliação de resultados e correção de rota, considerando as realidades locais e adaptando as etapas, onde o foco é a permanência escolar e a melhoria da aprendizagem dos estudantes.



Fonte: https://educacaoquedacerto.todospelaeducacao.org.br/redes-e-desafios/espirito-santo-o-estado-onde-os-jovens-mais-aprendem/

1.2. O Trabalho em Equipe

O trabalho em equipe na escola do campo é essencial para promover uma gestão compartilhada e eficaz. Alheit & Dausien (2006) discutem o conceito de aprendizagem ao longo da vida como um processo social, que se fortalece em espaços coletivos de troca e cooperação, como é o caso das equipes escolares.

Nesse sentido, a colaboração entre professores, gestores, estudantes e comunidade é imprescindível para superar os desafios específicos do campo, como a necessidade de adaptação curricular a fim de atender as especificidades da modalidade. Como destaca Nosella (2012), “o trabalho coletivo na escola do campo deve superar a fragmentação, buscando construir uma unidade pedagógica que responda às necessidades locais” (p. 112).

Para fortalecer o trabalho em equipe, o gestor escolar pode promover dinâmicas de integração e comunicação que estimulem a cooperação e a construção de vínculos entre os membros da equipe. Essas atividades podem ser desenvolvidas em diferentes momentos, como durante as Jornadas de Planejamento Pedagógico (JPP), os Conselhos de Classe, as reuniões entre as áreas de conhecimento e as reuniões de fluxo.

Além disso, é fundamental estabelecer parcerias com a comunidade local, especialmente com os pais e responsáveis pelos estudantes, bem como com o Conselho de Escola. Essa colaboração amplia o engajamento de todos os envolvidos, fortalecendo o trabalho coletivo e contribuindo para uma gestão democrática, com mais participação e integrada a toda comunidade escolar.

1.3. Gestão Democrática nas Escolas do Campo

A gestão democrática é a base para uma escola que garante a participação de todos os segmentos da comunidade escolar nas decisões que impactam a vida educativa. Ela é fundamental para garantir uma educação de qualidade e inclusiva, especialmente nas escolas do campo, onde as particularidades culturais, sociais e econômicas das comunidades rurais precisam ser consideradas. Ao incentivar a participação ativa da comunidade escolar, a gestão democrática fortalece os vínculos entre escola e território, contribuindo para a construção de um projeto pedagógico que respeite e valorize as culturas, saberes e práticas locais.



Freire (1992) enfatiza que a educação deve ser um ato político e cultural, e, portanto, a gestão democrática deve promover espaços de diálogo, onde todas as vozes sejam ouvidas, especialmente as dos sujeitos historicamente marginalizados. Nesse contexto, podemos destacar os representantes dos pais, principalmente os que não tiveram acesso à educação básica.

Para que a gestão democrática funcione de maneira efetiva nas escolas do campo, é fundamental que o gestor escolar atue como um facilitador do diálogo, promovendo espaços de escuta e colaboração com a comunidade escolar. Além disso, a formação continuada dos gestores e a sensibilização da comunidade sobre a importância da participação são essenciais para consolidar esse modelo.

Segundo Cherobin (2018), a gestão democrática nas escolas do campo fortalece o vínculo entre escola e comunidade, possibilitando o protagonismo dos sujeitos do campo na definição do projeto político-pedagógico, garantindo que ele esteja alinhado com as demandas locais e as políticas públicas vigentes.

Em resumo, a gestão democrática nas escolas do campo é uma ferramenta poderosa para fortalecer a identidade escolar, promover a inclusão social e garantir que a educação seja construída com a participação e o protagonismo de toda a comunidade, respeitando suas singularidades e contribuindo para o desenvolvimento local.

1.4. O Protagonismo dos Parceiros por Meio da Auto-organização

A auto-organização envolve a distribuição de responsabilidades entre gestores, professores, estudantes, famílias e membros da comunidade local, promovendo o trabalho coletivo e a cooperação. Esse processo contribui para que as decisões sejam tomadas de maneira democrática, levando em conta as necessidades e características específicas do campo.

Os parceiros das escolas do campo — famílias, movimentos sociais, associações comunitárias e órgãos públicos — exercem papel fundamental por meio da auto-organização, que é o processo de ação coletiva e autônoma em prol dos interesses comuns. Caldart (2012) aponta que o protagonismo desses parceiros é “um exercício de cidadania e de resistência cultural que fortalece a educação do campo e contribui para a transformação social” (p. 77).

Além disso, a auto-organização possibilita a criação de espaços de diálogo e planejamento conjunto, como reuniões de fluxo, grupos de trabalho e conselho de escola, onde todos possam expressar suas opiniões e contribuir para a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Esse engajamento fortalece o senso de pertencimento e a identidade da escola do campo, incentivando a participação ativa e o protagonismo dos envolvidos.

A prática da auto-organização também estimula a criatividade e a autonomia, permitindo que a comunidade escolar encontre soluções inovadoras para os desafios locais, inclusive a gestão de recursos até a adaptação do currículo às realidades do campo.

Movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) promovem essa auto-organização, articulando ações educativas, políticas e culturais, conforme discutido por Caldart (2012) na obra Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.

Em resumo, a auto-organização na escola do campo é um caminho para construir uma gestão participativa, eficiente e comprometida com a valorização da cultura e das especificidades do campo, promovendo uma educação contextualizada e fortalecendo os laços entre escola e comunidade.

PARA SABER MAIS

As escolas do campo localizadas em áreas de assentamento da reforma agrária adotam uma organização que valoriza a gestão democrática e se soma aos demais espaços institucionalizados.



Fonte: PEREIRA (2018, p. 50)

1.5. O que é o Colegiado Escolar?

O Colegiado Escolar é uma instância de gestão democrática fundamental nas escolas do campo, pois representa um espaço de escuta, diálogo e tomada de decisões coletivas. Ele é composto por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar: direção, professores, funcionários, estudantes, pais ou responsáveis e, frequentemente, membros da comunidade local.

Nas escolas do campo que possuem menos de 100 estudantes, o Colegiado Escolar tem um papel ainda mais relevante, pois atua como elo entre a escola e o território, contribuindo para que as decisões estejam alinhadas às realidades socioculturais e econômicas das famílias do campo.

Além disso, o colegiado fortalece a autonomia da escola e encaminha as demandas educacionais. Ele possibilita que a gestão escolar seja mais transparente, compartilhada e comprometida com os princípios da educação do campo, como a valorização da identidade campo, a luta pela permanência das crianças e jovens na escola e o respeito à diversidade cultural.

Para funcionar de forma eficaz, o Colegiado Escolar precisa de formação contínua, clareza de atribuições e o engajamento ativo de seus membros. Além do conhecimento e entendimento das leis, portarias e demais normativas da rede.

PARA SABER MAIS

O Colegiado não deve ter registro em cartório. Ele se diferencia do Conselho Escolar. O Colegiado Escolar foi instituído no Sistema de Ensino do Espírito Santo porque o § 2º, Artigo 1º da Portaria Nº 111-R, de 18 de setembro de 2017, vinculou às escolas referência, para efeito de recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos, os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAs, as Escolas de Atendimento Exclusivo aos Estudantes em Privação de Liberdade e unidades escolares que possuem menos de 100 estudantes, assim compreendidas as escolas unidocentes e pluridocentes de ensino fundamental e ou médio e as localizadas em assentamentos e essas unidades escolares deixaram de ser UEx- Unidade Executora.

Mais informações: Manual de gestão: informações úteis ao gestor escolar da rede estadual de ensino do Espírito Santo :
https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/manual%20de%20gestao%202023%20DIGITAL%20-%20FINAL.pdf



1.6. Os Conselhos Escolares e a Participação da Comunidade

O Conselho de Escola é um importante instrumento de gestão democrática dentro das unidades escolares, desempenhando um papel fundamental para a construção de um ambiente educacional participativo, inclusivo e de qualidade.

De acordo com o artigo 2º da Portaria Nº 061-R, de 21 de fevereiro de 2024, os objetivos do Conselho de Escola são:

Democratização das Relações na Escola

garantir espaços para a participação da comunidade escolar nos processos decisórios. Isso assegura que as especificidades do trabalho pedagógico sejam discutidas e definidas coletivamente, fortalecendo a transparência e a corresponsabilidade na gestão da escola.

Promoção do Exercício da Cidadania

incentivar a integração e o envolvimento dos diferentes segmentos da comunidade escolar para que todos possam colaborar na construção de uma escola pública que seja de qualidade, laica, gratuita e universal. Assim, a escola se torna um espaço de formação cidadã, onde os valores democráticos são vivenciados na prática.

Definição de Políticas e Diretrizes Pedagógicas

estabelecer as políticas e orientações que irão guiar a organização do trabalho pedagógico, considerando as expectativas e demandas específicas da comunidade escolar e local. Esse alinhamento deve estar em conformidade com as diretrizes da Sedu e a legislação vigente, garantindo a contextualização e a pertinência das ações educativas.

Colaboração na Construção e Avaliação do Projeto Escolar

atuar na formulação e revisão do PPP e/ou do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Também participa da implementação do Programa de Autoavaliação Institucional (PAI), contribuindo para a melhoria contínua da escola. Essas ações são essenciais para garantir uma política educacional de qualidade, comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes.

Caldart (2008) reforça que “a participação comunitária nos conselhos escolares é condição indispensável para que a escola do campo cumpra seu papel social e cultural” (p. 34).

Nesse sentido, de acordo com a Portaria Nº 061-R, de 21 de fevereiro de 2024, o conselho atua com diversas responsabilidades, destacando as principais:

Função Consultiva	Presta orientações, pareceres e opiniões sobre temas relevantes para a escola, auxiliando no processo decisório de forma reflexiva e participativa.
Função Deliberativa	Responsável por tomar decisões sobre as diretrizes pedagógicas, administrativas e financeiras, além de definir rumos para as políticas públicas educacionais no contexto escolar.
Função Fiscalizadora	Realiza o acompanhamento e a fiscalização da gestão escolar em seus aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, garantindo a transparência e legitimidade das ações.
Função Mobilizadora	Busca estimular a participação dos diferentes segmentos da escola e da comunidade local, promovendo ações integradas para melhoria da qualidade da educação.
Função Pedagógica	Acompanha as ações educativas da escola, identifica problemas e propõe soluções, contribuindo para o cumprimento das normas institucionais e a qualidade social da educação.

1.7. Os Movimentos Sociais do Campo

Os movimentos sociais do campo no Espírito Santo desempenham um papel crucial na luta por direitos territoriais, justiça social e fortalecimento da agricultura familiar. Organizados em diversas frentes, esses movimentos têm se articulado para enfrentar desafios históricos e atuais que afetam as comunidades rurais capixabas. Eles trazem para a escola do campo a perspectiva da educação popular, fundamentada na valorização das identidades e saberes locais.

A pesquisa de Bicalho e Silva (2019) destaca os principais movimentos que historicamente contribuíram para a consolidação da Educação do Campo no Espírito Santo. Entre eles, os Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffas), originários da França em 1935, surgiram para enfrentar a crise no meio rural, promovendo uma pedagogia baseada na alternância entre teoria e prática. Essa metodologia possibilitou a democratização do acesso à tecnologia e ao conhecimento no campo, expandindo-se para diversos países.

No Brasil, a primeira experiência com essa abordagem foi implantada pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes), fundado em 1968 em Anchieta, que criou a primeira Escola Família Agrícola do país. Inspirado nos modelos francês e italiano, o Mepes articulou educação, saúde e ação comunitária para melhorar a qualidade de vida da população residente em área rural, especialmente diante da crise da cafeicultura.

As Escolas Comunitárias Rurais (Ecors), criadas em 1985, reforçam a importância de escolas próximas às famílias agricultoras e de práticas sustentáveis. Embora compartilhem os princípios da alternância, enfrentam obstáculos relacionados à ausência de reconhecimento, pelo poder público, da participação das famílias na gestão escolar.

Já a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo (Fetaes), com mais de 40 anos de atuação, reúne dezenas de sindicatos e desenvolve ações importantes como a capacitação para o Desenvolvimento Territorial Sustentável e a formação de educadores do campo, em parceria com ministérios e órgãos federais.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), fundado em 1995, surgiu como resposta às limitações dos sindicatos tradicionais. Atua em vários estados, incluindo o Espírito Santo, onde promove a valorização do modo de vida camponês, defende o direito à educação contextualizada, mantendo projetos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de parcerias com as Escolas Família Agrícolas (EFAs) e com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) para garantir o acesso ao ensino superior rural.

Fonte: https://mpabrasil.org.br/

Fonte: Fonte: https://mpabrasil.org.br/

Link: Fonte: https://mpabrasil.org.br/

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos principais agentes de mobilização no estado. Desde sua implantação no Espírito Santo em 1985, tem liderado ações por reforma agrária, educação do campo e contra práticas como o monocultivo de eucalipto.



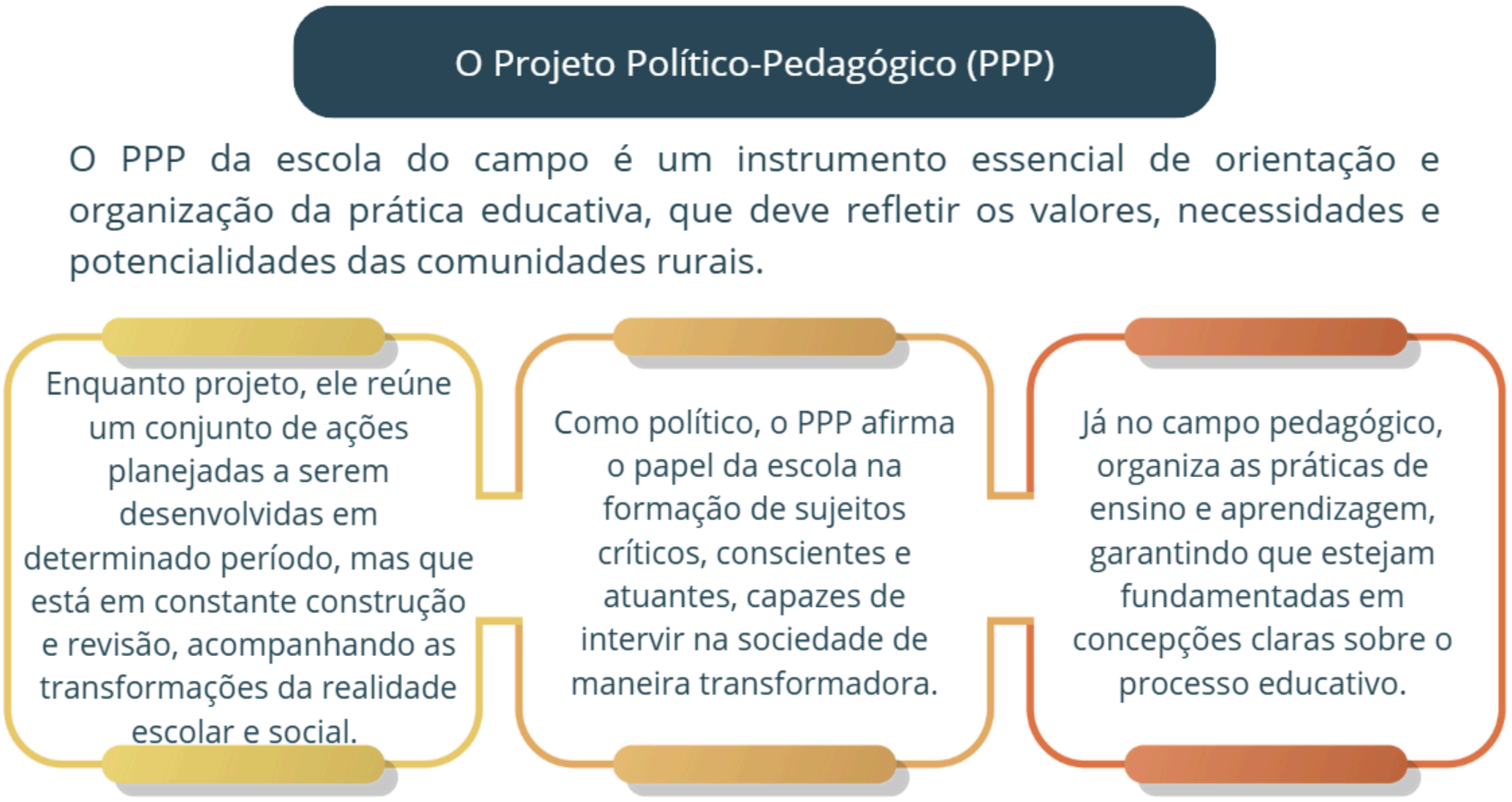
Fonte: https://www.infoescola.com/geografia/mst-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra/

Por fim, a Educação do Campo no Espírito Santo também se fortaleceu por meio de parcerias entre o poder público, UFES e movimentos sociais. Destacam-se os cursos de extensão iniciados em 1989 e, especialmente, a criação do Curso de Pedagogia da Terra pela UFES, que formou educadores voltados para a realidade do campo.

Embora tenham conquistado avanços ao longo do tempo, os movimentos sociais que atuam no meio rural ainda enfrentam desafios contínuos, como a implementação de políticas públicas que contemplem as necessidades das comunidades rurais e a pressão exercida por grandes empresas sobre os territórios tradicionais. Ainda assim, continuam a lutar pela garantia de direitos e pela promoção de uma vida digna no campo.

2. A Educação do Campo: Projeto Político Pedagógico e a Relação com as Modalidades, Temáticas e Níveis de Ensino

A Educação do Campo, enquanto política pública e prática pedagógica, tem como princípio fundamental a valorização das comunidades rurais como sujeitos históricos de direito, conforme já enfatizado anteriormente. Seu desafio central é construir uma educação conectada ao território, à realidade concreta das populações camponesas e tradicionais. Nesse processo, o PPP torna-se o instrumento por excelência para expressar os princípios, as práticas e os objetivos de uma escola que atenda às especificidades do campo e que promova justiça social, inclusão e desenvolvimento sustentável.



Caldart (2012) destaca que a escola do campo precisa ser mais do que um espaço de transmissão de conteúdos, devendo articular teoria e prática, conhecimento acadêmico e saberes populares. Isso implica “um projeto político-pedagógico que dialogue com as demandas dos sujeitos do campo e seus processos históricos” (CALDART, 2012, p. 45).

Nas escolas do campo, o PPP precisa refletir a realidade dos povos campesinos, incluindo suas formas de interação com a natureza e com o trabalho agrícola, incorporando uma perspectiva político-pedagógica alinhada às condições sociais específicas da comunidade local. Esse documento é essencial para orientar as práticas educativas focadas no desenvolvimento do território, da comunidade escolar, dos estudantes e dos professores.

No entanto, muitas escolas do campo ainda enfrentam desafios significativos na construção de seus PPPs. Muitas vezes, o documento torna-se meramente formal e burocrático, distante das necessidades do camponês e da prática pedagógica cotidiana. É preciso compreender que o PPP não deve se limitar a um texto escrito, mas sim ser um processo vivo com participação ativa de toda a comunidade escolar para fortalecer a identidade da escola, fundamentada na memória coletiva das populações campesinas e em uma visão valorizadora, realista e respeitosa de sua cultura.

O PPP também deve respeitar os marcos normativos que orientam a oferta de uma educação diferenciada, contextualizada e com base em princípios de equidade, diversidade e territorialidade. Nesse sentido, o gestor da escola do campo tem papel central na construção coletiva do PPP, articulando diferentes vozes, saberes e demandas locais.

Essa construção coletiva é fundamental, pois o PPP só ganha sentido e efetividade quando expressa a diversidade de visões, experiências e expectativas dos sujeitos do campo. Embora a busca por coesão e clareza política seja um desafio, é justamente nesse diálogo entre diferentes perspectivas que se consolida uma educação contextualizada, democrática e comprometida com a transformação social, que respeita os marcos normativos que orientam a modalidade Educação do Campo.

2.1. As Potencialidades e Desafios da Oferta da Educação do Campo no Campo

- **Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e Ensino Médio**

A oferta do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas escolas do campo deve considerar a organização do tempo e do espaço escolar em diálogo com as dinâmicas das comunidades. As mediações da pedagogia da alternância (NOSELLA, 2012; SANTOS & BERNAT, 2019) tem se mostrado uma alternativa eficaz ao conectar a aprendizagem escolar às práticas de vida do campo, favorecendo a permanência dos estudantes e a valorização do território. Além disso, é admitido propostas curriculares alternativas em todas as etapas da Educação Básica, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como as classes multisseriadas.

Entretanto, os desafios ainda são grandes: evasão escolar, dificuldade de acesso (infraestrutura das estradas) e desvalorização do trabalho docente em áreas rurais. A superação desses desafios requer políticas públicas eficazes e gestão comprometida com os princípios da educação do campo (CHEROBIN, 2018).

- **Educação de Jovens e Adultos (EJA) Campo**

A EJA do campo para além de uma modalidade educacional compensatória, precisa ofertar uma formação integral (ALHEIT & DAUSIEN, 2006), que respeite as trajetórias dos sujeitos do campo. Como destaca Brandão (1995), educar é um ato de reconhecimento da existência e da cultura do outro. A oferta da EJA nas escolas do campo exige uma gestão escolar sensível às especificidades do meio rural e comprometida com uma proposta pedagógica contextualizada.

A EJA do campo cumpre um papel importante ao oferecer a jovens e adultos a chance de continuar os estudos ou mesmo de entrar pela primeira vez em uma sala de aula, num cenário marcado por altos índices de analfabetismo e baixa escolarização entre os trabalhadores rurais. É fundamental que o gestor atue como articulador entre a escola, os estudantes, os educadores, os movimentos sociais do campo e as políticas públicas, evitando a evasão. O trabalho do gestor deve assegurar que a EJA contribua efetivamente para o desenvolvimento humano, social e cultural das populações do campo. Assim, a gestão escolar torna-se protagonista na construção de uma educação do campo crítica, participativa e transformadora.

- **Educação Escolar Quilombola**

A Educação Escolar Quilombola, conforme estabelecido na Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 — que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para essa modalidade de ensino na Educação Básica — fundamenta-se na valorização e preservação das identidades, histórias e culturas das comunidades quilombolas. Seu principal objetivo é garantir uma educação emancipadora e inclusiva, que reconheça e dialogue com os saberes ancestrais, as práticas culturais e as condições socioeconômicas vivenciadas por essas populações.

Assim, a Educação Escolar Quilombola no campo deve promover o reconhecimento da identidade, da ancestralidade e da resistência dos povos quilombolas. Para isso, o PPP deve considerar os valores culturais, as tradições e a luta por território como conteúdos estruturantes do currículo. Em várias regiões do Brasil, a ausência de políticas específicas, a precariedade das escolas e a invisibilidade das comunidades quilombolas ainda representam sérios desafios (BICALHO & SILVA, 2019).

No caso do nosso estado estão sendo realizados esforços, inclusive a Portaria Nº 161-R, de 10 de junho de 2025 que criou o ensino médio e alterou o nome da unidade “Escola Estadual de Ensino Fundamental Graúna” para “Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Graúna” a partir do ano letivo de 2026. Além disso, essa escola possui organização curricular diferenciada e a partir desse ano foi incluído o componente curricular “Agricultura Quilombola” para que o currículo articule o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas como preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Saiba mais:
Caldart (2008) reforça que “a participação comunitária nos conselhos escolares é condição indispensável para que a escola do campo cumpra seu papel social e cultural” (p. 34).

- **Educação Escolar Indígena**

A Educação Escolar Indígena, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012), tem como principais objetivos promover a valorização das culturas, línguas e identidades étnicas dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que assegura o acesso a conhecimentos científicos, técnicos e culturais das sociedades indígenas e não indígenas. E, assim como a quilombola, a Educação Escolar Indígena está profundamente ligada à luta pela terra e à preservação das línguas e culturas originárias.

No Espírito Santo, experiências com os povos Tupinikim e Guarani mostram como a escola pode ser instrumento de afirmação identitária, desde que respeite a autonomia pedagógica e a diversidade cultural (CALDART, 2012). O PPP, neste contexto, deve ser construído com protagonismo indígena e em consonância com os saberes tradicionais. A Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Aldeia Caieiras Velha, localizada no município de Aracruz, também possui organização curricular diferenciada, conforme orienta o Decreto 6.861/2009. A escola está em funcionamento nos três turnos: matutino, vespertino e noturno, ofertando o Ensino Médio regular, além das etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

- **Educação para as Relações Étnico-Raciais**

A construção de uma formação étnico-racial crítica e o enfrentamento ao racismo institucional exigem uma prática pedagógica que combata as desigualdades e valorize a diversidade. Nesse contexto, o PPP deve estar comprometido com a justiça racial e com práticas educativas inclusivas. É fundamental considerar a Resolução CNE/CP Nº 01/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Essa diretriz apoia a efetivação das Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, que tornam obrigatória a inclusão dos conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos currículos escolares durante todo o ano letivo.

- **Educação Pomerana**

No Espírito Santo, a Educação Pomerana representa um esforço de preservar a língua e demais culturas de comunidades descendentes de imigrantes europeus que vivem em áreas rurais. A inclusão da identidade pomerana no PPP é um exemplo de como o reconhecimento da diversidade cultural contribui para a afirmação de pertencimento e para a valorização do campo como espaço plural. As escolas localizadas em comunidades pomeranas e/ou que atendam estudantes pomeranos poderão ofertar na parte diversificada o componente curricular Língua Pomerana, desde que esteja previsto no projeto político-pedagógico, devendo fazer adesão à Matriz da Organização Curricular publicada em portaria pela Sedu.

- **Educação Especial**

A oferta da Educação Especial nas escolas do campo deve estar comprometida com o princípio da inclusão. A distância dos centros urbanos não podem ser justificativas para a negação de direitos. A gestão escolar deve estar atenta para realizar os trâmites administrativos no intuito de solicitar professor do Atendimento Educacional Especializado assim que a matrícula for efetivada a fim de garantir o acesso e permanência de todos os estudantes.

- **Educação Socioambiental**

A Educação Socioambiental no campo é uma necessidade urgente diante do avanço da degradação ambiental e da crise climática. A escola do campo precisa promover uma consciência ecológica crítica, valorizando a relação das comunidades com a terra, os rios e a biodiversidade. O PPP deve incorporar temas por meio da agroecologia como soberania alimentar, manejo sustentável e justiça ambiental como eixos estruturantes da formação. Além disso, a Lei Nº 9.265/2009 que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental indica que “A Educação Ambiental deve ser inserida em todos os níveis e modalidades de ensino constituindo-se em uma prática educativa contínua, permanente e integrada aos projetos educacionais e incorporada ao projeto político-pedagógico das instituições de ensino”.

Em resumo...

A construção de um Projeto Político-Pedagógico comprometido com a realidade do campo exige do gestor escolar sensibilidade, escuta ativa e articulação política. O gestor é chamado a ser um mediador entre os direitos educacionais e as práticas sociais do território, construindo uma escola viva, crítica e enraizada na realidade de seus sujeitos.

Como nos ensina Paulo Freire (1992), educar é um ato de esperança. E, na Educação do Campo, essa esperança se materializa no compromisso coletivo com uma escola que reconhece, valoriza e transforma os territórios rurais em espaços de saber, dignidade e justiça social.

FICHA TÉCNICA

Governador do Estado do Espírito Santo
José Renato Casagrande
Vice- Governador do Estado do Espírito Santo
Ricardo Ferraço
Secretário de Estado da Educação
Vitor Amorim de Angelo
Subsecretária de Estado de Educação Básica e Profissional
Andréa Guzzo Pereira
Subsecretário de Estado de Planejamento e Avaliação
André Melloti Rocha
Subsecretário de Estado de Suporte à Educação
Vinicius José Simões
Subsecretária de Estado de Administração e Finanças
Josivaldo Barreto de Andrade
Subsecretária de Estado de Articulação Educacional
Darcila Aparecida da Silva Castro

Centro de Formação dos Profissionais da Educação - CEFOPE
Karina Garcia Alves Zago - Gerente
Karoliny Mendes da Costa – Gerente

Coordenação da Formação - CEFOPE
Regina Maria graça de Farias – Técnica Pedagógica

Concepção Gráfica
Regina Maria graça de Farias – Técnica Pedagógica

Equipe de Tecnologia
Ana Beatriz Lima da Silva – Supervisora de Diagramação
Leonardo Cruz de Andrade – Técnico Pedagógico CEFOPE/GEPRO
Almir Carletti Neto – Assessor de Tecnologia
Gustavo Pereira da Silva Nascimento – Assessor de Tecnologia
Alessandro Bicalho Nascimento – Técnico Pedagógico
Felipe Becalli Trindade – Estagiário

Professor Conteudista da Formação
Ray Luiz Babilon Carreço

Gerência de Educação Antirracista do Campo, Indígena e Quilombola (Geaciq)
Aline de Freitas Dias – Gerente
Monique Santiago de Carvalho – Subgerente
Revisão

Kleidiana Cassia Silva Borges - Técnica pedagógica
Alex Sandro Zorzal Vargas - Técnico pedagógico